

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE
RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro

2016

Introdução

Nos termos da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) devem os órgãos dirigentes das entidades gestoras de dinheiros públicos, valores ou património públicos, elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas (doravante “Plano”).

A recomendação sobre a elaboração do Plano define que:

- a) Sejam identificados, relativamente a cada área, riscos de corrupção e infrações conexas;
- b) Com base na identificação dos riscos, sejam indicadas as medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;
- c) Sejam identificados os vários responsáveis envolvidos na gestão do Plano;
- d) Seja elaborado um relatório anual sobre a execução do plano.

Tendo presente o Plano de 2014, foi efetuada a sua monitorização, tendo como objetivo analisar e avaliar em que medida o previsto está a ser implementado e aferir da necessidade da revisão dos riscos e controlos anteriormente identificados.

O processo de monitorização do Plano está refletido no presente relatório de execução e conjugando com a recomendação de 1 de julho de 2015 do CPC originou uma nova revisão do Plano.

Controlo Interno

De acordo com os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, referidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, o Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. (CHTMAD) tem vindo a ajustar as estruturas de administração e fiscalização à sua dimensão e complexidade.

O modelo adotado no CHTMAD assegura uma efetiva segregação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Neste sentido cabe ao Conselho de Administração criar e manter um sistema de controlo interno adequado, abrangendo todos os riscos relevantes.

Ao Fiscal Único, como órgão de fiscalização, cabe o papel de verificação da eficácia do modelo de gestão de riscos implementado.

Paralelamente, existe no CHTMAD um órgão responsável pela supervisão dos processos — Serviço de Auditoria Interna — que apoia o Conselho de Administração (CA), exercendo as suas funções de um modo independente e objetivo.

O reporte ao CA assegura a independência da função de auditoria interna, não tendo, deste modo, as atividades que exerce qualquer relação de dependência hierárquica ou funcional relativamente aos serviços que audita.

O controlo interno é baseado nos aspetos relativos ao ambiente de controlo, avaliação e gestão dos riscos, atividades de controlo, informação/comunicação e monitorização/acompanhamento preconizado pela metodologia COSO.

Uma das vertentes do ambiente de controlo interno no CHTMAD é a sua estrutura organizativa, consubstanciada no organograma (anexo ao Plano), que delimita os vários departamentos, serviços e funções de suporte, atribuindo as respetivas missões e responsabilidades.

Outro dos vetores é a comunicação corporativa, apoiada no conjunto de normas de aplicação permanente e de deliberações do Conselho de Administração que permitem a clarificação de instruções, estabelecem níveis de responsabilização e implementam medidas para validação dos processos.

Consciente de que o ambiente de controlo não se reduz aos procedimentos internos ou externos, normas de aplicação permanente, delegação de competências e sistema de autorizações e validação para efetivação das operações, abarca também princípios de ética e comportamentais. Nesse sentido, o CHTMAD tem adotado um Código de Ética.

O Código de Ética prevê um conjunto de regras e normas de conduta que derivam diretamente da missão, valores e visão Do CHTMAD.

Monitorização dos processos

A monitorização do Plano permitiu avaliar a evolução dos fatores de risco, dos processos e da eficácia das medidas de controlo interno instituídas.

Nesta medida, para cada processo foram analisados os seguintes fatores:

- i) Novas atividades, riscos e medidas de controlo não identificados na anterior versão do Plano;
- ii) Riscos eliminados ou mitigados;
- iii) Avaliação das medidas de controlo.

Não obstante o CHTMAD já vem implementando diversos mecanismos/instrumentos com o objetivo de acautelar e eliminar situações de risco e manter o controlo interno ativo, nomeadamente através da existência das áreas da auditoria interna e da qualidade, regulamentos e manuais de procedimentos e aplicações informáticas, definindo os circuitos a observar e consolidando a mitigação de irregularidades e o aumento de controlo interno.

Avaliação das Medidas de Prevenção

Numa avaliação global considera-se que as medidas preventivas previstas no Plano foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar riscos identificados.

A maioria das medidas encontra-se implementada ou em fase de implementação, devendo ser assegurada a sua continuidade.

Como forma de ilustrar do grau de execução das medidas propostas no Plano, foi elaborado um mapa de controlo com as principais medidas que se apresenta abaixo.

Avaliação de medidas

Principais Atividades	Riscos Identificados	Graduação Risco	Medidas	Ponto Situação
Processo de aquisição por ajuste direto	Seleção incorreta do procedimento do concurso; Favorecimento de fornecedores; Realização de despesas sem compromisso	3	Elaboração de regulamento de compras; Avaliação da relevância e oportunidade das aquisições	Medidas em implementação
Processo de execução do contrato	Não fixação de penalidades para o não cumprimento ou para cumprimento defeituoso; Deficiente controlo interno dos serviços utilizados quanto à execução dos contratos, gestão de stocks, receção e armanejamento de bens	2	Elaboração de contratos com a participação do gabinete jurídico.	Medida parcialmente implementada
Processo de desvio de fundos	Desvio de fundos; Taxas moderadoras cobradas não entregues na tesouraria	1	Reconciliações bancárias efetuadas por funcionário não afeto à tesouraria	Medida Implementada
Processo de recrutamento de recursos humanos	Utilização de critérios de recrutamento que ponham em causa princípios de equidade	2	Auditoria sobre critérios de seleção de candidatos	Medida Implementada
Processo de horas extraordinárias	Pagamento de horas extraordinárias sem prévia autorização; Pagamento de horas extraordinárias para além do limite legal	2	Submeter mensalmente ao vogal do CA mapa com a totalidade de horas extraordinárias a pagar/mês e respetiva autorização.	Medida Implementada
Processo de faturação	Erro de recolha e registo de dados da identificação de utentes/doentes; Atribuição indevida de isenções na cobrança de taxas moderadoras	2	Auditoria periódica ao cumprimento de procedimentos de registos e procedimentos em vigor para as taxas moderadoras;	Medida Implementada

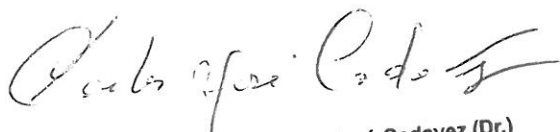
Nota Final

Constatou-se que todos os serviços do CHTMAD desenvolveram um esforço contínuo na implementação do Plano. Contudo, somos da opinião que é importante continuar a divulgação do Plano, de forma a sensibilizar e a promover a participação de todos os colaboradores do CHTMAD para a capitalização das medidas/procedimentos previstos no Plano.

Consciente que o Plano não contempla todas as situações possíveis de constituírem riscos potenciais de corrupção e infrações conexas, o CA procedeu à atualização do Plano em vigor tendo aprovado a sua revisão no final de 2015.

Vila Real, 11 de janeiro de 2016

O Conselho de Administração,



Carlos José Cadavez (Dr.)
Presidente do Conselho
de Administração